



Universidades Promotoras da Saúde: Práticas colaborativas e solidárias para fins coletivos

Health Promoting Universities: Collaborative and solidarity practices for collective purposes

Juliana Vieira de Moraes¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-7313>

Daiana Kloh Khalaf²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5770-7523>

Bruna da Costa Bueno³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6015-3285>

Kariane Gomes Cezario Roscoche⁴

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2097-2478>

Márcia Helena de Souza Freire⁵

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3941-3673>

Shirley Boller⁶

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8082-164X>

¹Universidade Federal Fluminense/UFF. Niterói (RJ), Brasil.

^{2,3,4,5,6}Universidade Federal do Paraná/UFPR. Curitiba (PR), Brasil.

Editora de Seção:

Thaís Araújo da Silva

Editora Científica:

Tatiane Gomes Guedes

Editora Chefe:

Maria Wanderleya de Lavor
Coriolano Marinus

Submissão: 26/07/2023

Aceito: 16/02/2024

Publicado: 07/08/2024

RESUMO

Objetivo: analisar as ações de Promoção da Saúde desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior pertencentes à Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde. **Método:** trata-se de um estudo do tipo qualitativo, descritivo e exploratório desenvolvido por meio da análise documental das ações promotoras da saúde divulgadas nos sites das instituições pertencentes à Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde. Os critérios de inclusão foram programas e ações cujas propostas são informar, impactar, modificar e estabelecer as medidas de reorientação no modo de vida da comunidade acadêmica e seu entorno. O período de produção dos dados foi de março de 2020 a novembro de 2021. **Resultados:** foram analisados 56 documentos, entre as ações e programas de Promoção da Saúde, como a inclusão de atividades cotidianas dentro e fora da instituição, além da participação ativa dos estudantes no território que (con)vivem. **Considerações finais:** este estudo demonstrou que as instituições de Ensino Superior desempenham um papel social importante e garantem o impacto significativo no comportamento em saúde da sua comunidade, por meio de ações integradas e multissetoriais. Assim, a integração das instituições brasileiras na Rede de Universidades Promotoras da Saúde fortalece o compromisso social e contribui com a organização de um calendário para as discussões de políticas, projetos e programas promotores de saúde dentro das instituições. **Descritores:** Promoção da Saúde; Serviços de Saúde na Universidade; Universidades; Intersetorialidade.

ABSTRACT

Objective: to analyze Health Promotion actions developed in Higher Education Institutions belonging to the Brazilian Network of Health Promoting Universities. **Method:** this is a qualitative, descriptive, and exploratory study developed through documentary analysis of health-promoting actions. health published on the websites of institutions belonging to the Brazilian Network of Health Promoting Universities. The inclusion criteria were programs and actions whose proposals are to inform, impact, modify, and establish reorientation measures in the way of life of the academic community and its surroundings. The data production period was from March 2020 to November 2021. **Results:** 56 documents were analyzed, including Health Promotion actions and programs, such as the inclusion of daily activities inside and outside the institution, in addition to the active participation of students in the territory they (co)live. **Final considerations:** This study demonstrated that higher education institutions play an important social role and guarantee a significant impact on the health behavior of their community, through integrated and multisectoral actions. Thus, the integration of Brazilian institutions into the Network of Health-Promoting Universities strengthens social commitment and contributes to the organization of a calendar for discussions of health-promoting policies, projects, and programs within the institutions.

Descriptors: Health Promotion; Health Services at the University; Universities; Intersectorality

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Moraes JV, Kloh DK, Bueno BC, Roscoche KGC, Freire MHS, Boller S. Universidades Promotoras da Saúde: Práticas colaborativas e solidárias para fins coletivos. Rev. enferm. UFPE on line. 2024;18:e259067 DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2024.259067>

INTRODUÇÃO

A Promoção da Saúde (PS) descortina uma nova abordagem à saúde uma vez que institui um processo capacitador da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida, estabelecendo, assim, uma coparticipação, entre a pessoa e o Estado. Dessa forma, a maneira de se pensar a saúde, tem passado por reflexões e reformulações em suas políticas e práticas.^{1,2}

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída em 2006 por meio da Portaria MS/GM nº 687 e revogada em 2017, representou um compromisso estatal no Brasil. Seu principal objetivo era a expansão e o aprimoramento das iniciativas de PS nos serviços de saúde e na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), considerou-se os Determinantes e Condicionantes de Saúde para reorganizar estrategicamente esse cenário. Essa política foi concebida para fomentar as ações intersetoriais, promover a colaboração entre distintos setores e estabelecer parcerias que viabilizassem a implementação das atividades promotoras da saúde.³

Sob a perspectiva da intersetorialidade e da promoção de ambientes propícios à saúde, destaca-se a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES) em relação ao cuidado com a saúde da comunidade acadêmica e do seu entorno. Ambientes favoráveis exercem uma influência positiva na saúde e na qualidade de vida daqueles que frequentam, trabalham e convivem neles. As IES desempenham um papel fundamental ao contribuir para a construção, disseminação e aplicação de conhecimentos sobre a PS, ampliando a compreensão dos processos de saúde.⁴

Nesse contexto, o movimento das Universidades Promotoras de Saúde (UPS) se empenha na implementação de políticas colaborativas e solidárias, com o objetivo coletivo de preservar a sociobiodiversidade e promover a participação ativa dos indivíduos na condução de sua própria saúde. Em 2018, a oficialização da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde (REBRAUPS) pela Universidade de Brasília (UNB) constituiu um marco significativo, unindo 19 instituições afiliadas comprometidas com o bem-estar da comunidade. Essas instituições possuem projetos sólidos que criam ambientes acolhedores para aqueles que dedicam uma parte crucial de suas vidas à dinâmica proposta pela rede de UPS.⁵

Este estudo se fundamenta na inserção da "Promoção da Saúde" na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS)⁶, especificamente no eixo 18, e busca examinar se as ações implementadas estão em conformidade com os princípios da PS. Além

disso, visa verificar a receptividade das práticas promotoras da saúde pela comunidade acadêmica, e entender de que forma as escolhas saudáveis podem contribuir para o apoio à saúde global. Uma justificativa adicional para este estudo é a percepção de que os futuros profissionais terão um papel relevante no desenvolvimento e na defesa de políticas de saúde futuras, assim como nas decisões a respeito delas.⁷

Sob essa perspectiva, o questionamento central deste estudo é: Como as ações de PS conduzidas nas IES afiliadas à REBRAUPS têm impactado a saúde da comunidade acadêmica?

OBJETIVO

Analisar as iniciativas de PS desenvolvidas nas IES vinculadas à REBRAUPS.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, do tipo análise documental das ações divulgadas nos *sites* das IES pertencentes a REBRAUPS, de modo a delimitar as ações promotoras de saúde desenvolvidas nas IES.

Inicialmente, obteve-se a planilha atualizada das instituições afiliadas à rede por meio do contato eletrônico realizado com a coordenação da REBRAUPS. Em seguida, procedeu-se o levantamento de informações nos *sites* das IES, ocorrido entre março de 2020 a fevereiro de 2021. O recorte temporal justifica-se pela periodicidade bianual de reuniões desta Rede, sendo o último encontro realizado em 2020.

Na sequência, processou-se a pré-análise dos achados, tendo como critério a inclusão de programas e ações com as propostas de: informar, impactar, modificar e estabelecer as medidas de reorientação no modo de vida da comunidade acadêmica e seu entorno. Os critérios de exclusão foram as ações de cunho informativo, sobre o vírus do SARS-CoV-2 e/ou os dados da pandemia da COVID-19.

A busca inicial resultou na identificação de 195 atividades de PS. Destes, 139 foram excluídos por não cumprirem o critério de inclusão, totalizando 56 documentos que foram submetidos à análise final. Com auxílio do *software Microsoft Excel®* versão 2013, construiu-se uma planilha de leitura para cada programa encontrado, contendo o nome da universidade, o nome da ação e o ano em que foi implementada, público-alvo, *link* de acesso.⁸

Na análise documental, adotou-se a técnica de Análise Temática de Conteúdo proposta por Bardin para decifrar, em cada ação, o núcleo emergente que atendesse ao propósito da pesquisa. Essa etapa consistiu num processo de codificação, interpretação e de inferência sobre as informações contidas nos programas, desvelando seu conteúdo modificador e promotor de saúde.⁹

Por se tratar de dados secundários e de domínio público disponíveis nos *sites* oficiais das universidades pertencentes à REBRAUPS, não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. As recomendações estabelecidas na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foram empregadas.

RESULTADOS

A REBRAUPS é composta por 19 instituições de ensino, das quais 13 (68,4%) são públicas, sendo 11 (33,3%) federais, duas (10,5%) estaduais; e seis (31,6%) particulares. Estas instituições possuem o selo UPS, portanto, seguem os critérios de acreditação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), com o detalhamento adaptado pela própria OPAS (Tabela 1).

Tabela 1. Critérios de acreditação para as IES. Curitiba (PR), Brasil, 2022.

Processo de Planejamento	Atividades Desenvolvidas*	Participantes no Programa**
Documento para o desenvolvimento da iniciativa de PS na Universidade.	Alimentação saudável (lanchonetes, cantinas ou refeitórios saudáveis).	Gestores acadêmicos e demais representantes.
Grupo de trabalho para implementação da iniciativa, que envolva diferentes autores (administração escolar, professores, pais, estudantes e comunidade).	Educação Física (ampliação das horas dedicadas à atividade física, recreação e esportes, melhoramento dos espaços físicos).	Professores
Plano de ação de pelo menos um ano.	Fatores psicossociais protetores (afetividade e sexualidade, educação em habilidades para a vida, relações interpessoais).	Estudantes
Inclusão de iniciativa no plano de ação da comunidade.	Uso de tabaco, álcool e outras drogas (declaração de espaços livres de tabaco, atividades educativas, prevenção).	Pais, mães e/ou familiares

-	PS bucal (instalação de espaços adequados para a escovação, atividades educativas).	Representantes da comunidade
-	Ambiente escolar saudável (melhoramento dos espaços físicos, educação ambiental, criação e conservação de áreas verdes).	-

Fonte: Síntese adaptada da OPAS.

* A escola deve ter pelo menos um programa, em três das seguintes áreas prioritárias.

** A escola deve incorporar pelo menos três participantes dos representantes relacionados.

Na análise dos documentos, quanto ao eixo Processo de Planejamento, no qual se tem a menção ao documento de compromisso para o desenvolvimento das ações nas instituições de ensino, não há menção explícita deste documento, todavia, todas as atividades abordam o planejamento, a implementação, a avaliação, e o ajuste e/ou continuidade das ações.

O Grupo de Trabalho para a implementação da iniciativa e integração com outros setores, trata da participação da gestão universitária, docentes, estudantes e comunidade externa, e foi mencionado por 15 (78,9%) das IES. Estas ressaltaram o planejamento com os setores (principalmente da saúde), abordaram a participação de representantes da gestão acadêmica, docentes, estudantes e comunidade externa. Contudo, 16 (84,2%) das IES não mencionaram de forma clara a inclusão de atividades no Plano de Ação da Comunidade, apenas sua inclusão nas atividades cotidianas dentro e fora da instituição, além da participação ativa dos estudantes no território que (con)vivem.

No critério de Atividades desenvolvidas pelas IES visualizaram-se as seguintes modalidades de programas e ações de PS: educação em saúde, evento/congresso, *webinar*, seminário, notas informativas, roda de conversa/bate-papo; projetos de extensão e pesquisa; palestras/*lives*; campanhas; desafios; consultoria/capacitação e atendimento psicológico.

Todas as IES analisadas possuem programas voltados à saúde mental. Em três delas (15,8%), tais programas estão em vigor há mais de dois anos, enquanto as demais (84,2%) promoveram ativamente webinários, palestras e/ou rodas de conversa abertas à comunidade acadêmica e ao público em geral, com vistas a discutir temas correlatos.

Além disso, foram mencionadas as atividades direcionadas à compreensão e o enfrentamento da desigualdade racial no ambiente universitário, propuseram estabelecer protocolos que minimizem essa disparidade. Uma das universidades em estudo (5,3%) elaborou um documento abordando as diferenças e as desigualdades enfrentadas pela população negra no país e no campus da IES, apresentou exemplos de estudantes que enfrentaram as situações constrangedoras devido às suas raças e etnias.

Em relação as práticas realizadas sobre a alimentação saudável, seis (31,6%) se destacaram, incluindo iniciativas nas cantinas, refeitórios e até cultivo em hortas, todas associadas à promoção de exercícios físicos regulares, como esportes e atividades recreativas. Foram implementadas ações que incentivaram tanto as atividades físicas individuais quanto as coletivas, como caminhadas, vôlei, *handebol* e ciclismo.

Curiosamente, uma das IES participou de um estudo focado na prática de exercícios físicos para auxiliar na reversão de condições associadas às pessoas com a Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS).

Outra IES estabeleceu o Departamento de Promoção e Vigilância à Saúde (DPVS), responsável pela iniciativa "Outubro e Novembro Viver Bem", que tem o objetivo de promover as reflexões mais abrangentes sobre os hábitos capazes de contribuir para a saúde física e mental. É importante mencionar que esse departamento também coordena o projeto "Desafio Viver Bem", direcionado aos funcionários da universidade, com vistas a incentivar a adoção de hábitos de vida mais saudáveis no dia a dia.

Com o intuito de apoiar o trabalho remoto, resultante das medidas de controle da COVID-19, seis universidades (31,6%) ofereceram consultorias *online* para os ajustes ergonômicos no ambiente de trabalho dos funcionários, além de orientações para os técnicos administrativos e professores sobre os exercícios físicos adaptáveis ao ambiente doméstico.

Duas instituições (10,5%) contaram com a colaboração das atléticas, associações independentes formadas por estudantes, para motivar os alunos a praticarem os exercícios em casa, visando à integração e bem-estar dos mesmos. Uma IES estabeleceu a "Divisão de Promoção da Saúde", promoveu ações relacionadas à saúde do servidor público federal. A divisão oferece serviços como atendimento psicossocial, programa de vigilância vacinal, preparação para a aposentadoria, atividades educativas em saúde e artigos *online* sobre a qualidade de vida. Durante a pandemia, implementaram a ferramenta "Atestado *Web*", permitiu aos servidores anexarem atestados médicos remotamente, contribuindo para o controle da infecção por SARS-CoV-2.

Um programa intitulado “Bate-Papo Literário”, conduzido por uma das IES, visa fortalecer a relação entre literatura e saúde, incentiva práticas de bem-estar e autocuidado. Realizado virtualmente por meio de um aplicativo, permite a interação instantânea por meio de mensagens de voz e texto. Essa forma de comunicação é integrativa e inclusiva, pois não exige conexão à *Internet* para acessar a plataforma. Após a leitura do material proposto, há uma reunião moderada para a discussão e o aprimoramento das ideias.

Paralelamente, no que tange ao terceiro eixo, referente aos Participantes no Programa, todas as instituições da REBRAUPS salientaram existir participantes ativos e passivos em seus programas e ações. Elas incluíram estudantes e professores de todos os setores; 15 universidades (78,9%) também consideraram a participação de outros funcionários (técnicos, auxiliares, gestores, entre outros) e da comunidade em geral (familiares, amigos e seus representantes).

No aspecto de equidade de acesso, nota-se que a maioria das ações foi realizada de forma *online*, sem mencionar como pessoas sem acesso à tecnologia necessária poderiam participar dessas atividades. Além disso, destaca-se que o acesso às publicações científicas e informativas para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e/ou analfabetas não foi considerado. Uma ação específica (1,8%), utilizou a ferramenta do *podcast* dentro da universidade, declarou a disponibilização das gravações para uma rádio regional de ampla cobertura, visou alcançar a população rural da região. Essa estratégia tinha como objetivo ampliar o alcance e promover a maior inclusão no acesso à informação.

DISCUSSÃO

O contexto em que a comunidade acadêmica está inserida define seu estilo de vida e tem um impacto direto no ambiente universitário e influencia significativamente sua saúde. Com o intuito de aprimorar a discussão dos resultados, foram identificados dois eixos de análise: 1. Promoção da Saúde: práticas colaborativas e intersetoriais na universidade; e 2. Promoção da Saúde e as políticas para garantir acesso equitativo.

Promoção da Saúde: práticas colaborativas e intersetoriais na universidade

As IES constituem comunidades formadas por seus trabalhadores e estudantes, e possuem potencial para promover a saúde ao fomentar a constituição de ambientes seguros e sustentáveis, além de atuar no empoderamento de seus membros. Tal capacitação permite aos indivíduos exercitar sua responsabilidade individual e coletiva sobre a saúde, ao adotar

de modo consciente hábitos de vida saudáveis, e participar nas discussões que impactarão nas políticas de saúde.⁷

As atividades promotoras da saúde em IES tem objetivado a promoção da qualidade de vida e das condições favoráveis à saúde de suas comunidades internas, por meio da redução de comportamentos de risco e a criação de ambientes favoráveis à saúde. As áreas de ação identificadas como mais recorrentes em IES são: atividade física; prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); saúde reprodutiva; estilos de vida saudável; gestão do lixo; redução do tabagismo; manejo do uso problemático de substâncias psicoativas; promoção do bem-estar; autoconsciência e saúde mental. Vale destacar que as atividades não possuem enfoque apenas preventivo e curativo, mas de reorientação do modo de vida.¹⁰

Alguns estudos indicaram que o ambiente universitário tem sido associado ao adoecimento físico e mental de estudantes, docentes e demais servidores.^{11,3} No entanto, iniciativas como a criação de uma Divisão ou Departamento de PS, mencionadas neste estudo, refletem uma preocupação da administração em relação às condições de saúde da comunidade acadêmica, evidenciando sua inclusão nas discussões do colegiado.

Em 2015, Portugal estabeleceu o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) como uma diretriz central para as políticas nacionais de saúde e integração interdisciplinar.¹² No entanto, após mais de cinco anos, observou-se que as práticas interdisciplinares foram, em grande parte, substituídas por ações isoladas, sem integração. Este desfecho corroborou com estudos que confirmaram que a alta demanda dos estudantes tem levado ao adoecimento e/ou agravamento de quadros pré-estabelecidos, gerando abstenções recorrentes e até suspensão do curso.^{4,13}

Dessa forma, integrar as áreas de saúde e educação, com o objetivo de elaborar as atividades que promovam discussões, construção de conhecimento e a reformulação de políticas de saúde abrangentes em todos os níveis de educação, tem o potencial de provocar mudanças significativas na comunidade acadêmica. Esse enfoque, especialmente direcionado aos estudantes, tanto dentro, quanto fora das universidades, pode gerar impactos positivos e reorientar práticas e hábitos em suas vidas.^{4,13}

No nordeste brasileiro, uma pesquisa mostrou que os profissionais de saúde compreendem as práticas de saúde na escola, como ações de vigilância epidemiológica, minimizando-se, muitas vezes, a descrição das condições de saúde dos estudantes.⁴ Por conseguinte, desnaturaliza-se o conceito de saúde, que vai além de práticas normativas,

como a higiene, a alimentação e os exercícios físicos, pensando-se em outros modos de produzir saúde.¹⁴

Referente às práticas colaborativas ou inclusivas, a formação dos profissionais de saúde é o ponto-chave para a reformulação das ações e estratégias voltadas às instituições de ensino.¹³ É oportuno compreender as demandas de todos os níveis escolares, e que haja articulação entre as universidades e as redes de serviços, em especial o de saúde, para o desenvolvimento de pesquisas, métodos e formação continuada, além da reformulação do funcionamento escolar, de modo a valorizar e integrar a comunidade.¹⁵

Os programas que contemplam o grupo LGBTQIA + também estão dentro das UPS, projetos de extensão que desenvolvem eventos regulares abordando a saúde mental, IST, consultas de saúde voltadas a este público, dentre outras temáticas voltadas principalmente aos estudantes da área da saúde. Ao observar o cenário da saúde atual depara-se com uma lacuna em relação aos cuidados com este público, em específico.

Outro fator importante para os futuros profissionais de saúde, é a conscientização e a compreensão do contexto histórico desta população, conhecer e compreender os corpos LGBTQIA + para conseguir realizar um cuidado integralizado e, assim, promover a saúde. A prática do uso de silicone industrial, principalmente, por mulheres transexuais e travestis, para a modificação de seus corpos, é um fator a ser considerado pelo profissional na linha do cuidado, pois, a administração de injetáveis nos locais onde há este produto inviabiliza a ação da medicação e/ou imunógeno.¹⁶

Em um estudo voltado às atividades de PS dos docentes, os distúrbios vocais foram alvo de discussão, demonstraram uma carência na assistência ao docente. Estes perceberam uma ausência de políticas públicas, pois as leis e as propostas estabelecidas na legislação brasileira preconizam apenas o tratamento dos distúrbios vocais e, ratificam poucas ações de prevenção e promoção realizadas neste campo da saúde, por intermédio das práticas colaborativas na universidade.¹⁷

Outro ponto discutido nas instituições é o abuso das mídias por adultos jovens, provavelmente, ligado ao circuito hedonista que está aumentado na sociedade moderna, principalmente pelo chamado *jet lag* social, ou seja, um atraso intencional do sono. O estresse é um fenômeno determinado de forma natural e/ou biológica, afetado por fatores psicossociais e ambientais, que costumam ser observados em estudantes dos primeiros períodos da graduação.¹⁸

Nas universidades portuguesas, os programas implementados se centram nas necessidades da comunidade acadêmica, em especial dos estudantes que se fazem maioria neste ambiente. Estas instituições citaram programas para a avaliação do sono, realizaram o levantamento da qualidade, durabilidade, regularidade e fase do sono dos estudantes universitários, e buscaram intervir de maneira individualizada.¹⁹ Na análise deste estudo, as estratégias implementadas pelas IES também consideraram o contexto vivenciado, a operação e a fundamentação das atividades desenvolvidas.

Um estudo brasileiro²⁰ criou uma ferramenta educacional voltada para os estudantes de graduação, visto que, no período da pandemia da COVID-19 o sono dos estudantes foi afetado, principalmente devido ao aumento do consumo das telas. O supracitado estudo mostrou que a criação de um perfil no *Instagram* com a disponibilização de ferramentas de interação e engajamento, mostrou-se eficaz na reorientação de alguns hábitos de sono e nas mudanças ambientais.²⁰

Observa-se que o movimento das UPS é possível de ser construído e enraizado, desde que a IES viabilize a participação da comunidade acadêmica e seu entorno permitindo a autonomia e a formação de alianças, buscando a transformação de contextos que visam o bem viver de todos os indivíduos que ali con(vivem).²¹

Promoção da Saúde e as políticas de acesso equitativo

Em decorrência dos problemas de saúde pública, enfrentados no Brasil e no mundo, as universidades públicas e federais, em sua maioria, ganharam destaque na visão dos brasileiros. Todavia, apesar deste protagonismo, elas enfrentam grandes cortes orçamentários. O último corte de 14,5% da verba acertou os recursos destinados à assistência estudantil, o que compromete o apoio aos estudantes em vulnerabilidade social e, conseqüentemente, minimiza o acesso desses estudantes aos recursos necessários à saúde.²²

Os projetos de apoio financeiro para promover a saúde dos estudantes em universidades públicas são um dos atrativos para os estudantes de baixa-renda, no entanto, apesar de possibilitar o acesso à alimentação, por exemplo, impossibilita o controle de qualidade, uma vez que as ações estruturais oferecem melhores resultados, tendo em vista que a universidade pode controlar a qualidade dos serviços ofertados à comunidade acadêmica.^{19,22}

De forma a exemplificar as práticas inclusivas, cita-se o projeto de pesquisa denominado “SOLIDARIS”, que engloba quatro universidades europeias, situadas na Itália,

Espanha, Portugal, Alemanha, e mais seis latino-americanas, sendo duas na Argentina, duas no Chile e duas no Brasil. Este projeto tem por finalidade melhorar a inclusão social por meio da colaboração entre as IES, com a ampliação de ações para os estudantes com deficiências, promovendo o desenvolvimento das competências cognitivas, afetivas e sociais desses estudantes, que, naturalmente, passaram a frequentar as universidades.⁷

Um exemplo mais recente foi a conquista representada pela Deliberação nº 269/2020, que estabeleceu as Diretrizes sobre Acessibilidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esta deliberação destaca as iniciativas para promover atividades que facilitem o acesso, a permanência e o engajamento efetivo dos estudantes com deficiência.²³

A comunidade acadêmica, principalmente os estudantes são heterogêneos em idade, sexo, cor, etnia e nível socioeconômico. Esse perfil diversificado se deve a Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, e aos programas sociais, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999. E o Programa Universitário para Todos (PROUNI), instituído em 2004, com a Lei nº 11.096/2005.

Um estudo que analisou a disparidade de gênero e raça no Ensino Superior entre 1996 e 2018 revelou que, ao longo desses anos, a desigualdade de gênero tem sido superada. O novo perfil do estudante evidencia que as mulheres atualmente representam a maioria no Ensino Superior. No entanto, o estudo não correlacionou essa mudança com outras categorias, como raça e situação socioeconômica. Isso sugere a possibilidade de que, no futuro, essas mulheres ocupem posições de destaque na política, pesquisa e em outros setores. Além disso, o estudo revelou um aumento significativo no número de estudantes negros nas IES, em parte devido à implementação de políticas educacionais de ações afirmativas. A autoidentificação dos estudantes como negros também aumentou, o que pode ser atribuído ao maior acesso à informação e ao crescimento dos movimentos sociais críticos.^{24,25}

Esses elementos mencionados foram fundamentais para o estabelecimento de políticas de acesso equitativo, o que trouxe desafios significativos para as universidades. Elas não devem apenas garantir o ingresso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos por parte desses estudantes. Por isso, compreender a realidade econômica e social dos membros da comunidade acadêmica é crucial para tomar decisões e implementar atividades pertinentes. A pandemia da COVID-19 interrompeu as atividades das instituições

de ensino, demandando uma reflexão sobre como prosseguir com o ensino e garantir a qualidade desse processo educacional.⁷

O acesso e a permanência dos estudantes nas IES se tornam irrelevantes, se não há o fator “aprender”. Assim, são necessárias profundas mudanças na organização e no funcionamento das IES, quanto às práticas pedagógicas e à formação dos docentes. Portanto, gestores e docentes precisam estar preparados para não só acolherem os estudantes, mas também, oferecerem condições de aprendizagem, tendo as mesmas oportunidades de acesso aos conteúdos curriculares do período que estiverem matriculados.^{23,26}

Ao pensar nisso, nota-se a existência do movimento das UPS e fluência das ações e dos programas dentro da instituição, que precisam ganhar maior destaque nas agendas corporativas, focalizando menos no desempenho e na produtividade da comunidade acadêmica.²⁶ Além disso, este estudo incentivou as IES a fomentar as práticas promotoras de saúde dentro das suas instituições e fortalecer as ações já existentes, buscando a transformação do Ensino Superior num contexto promotor de saúde.

As diferentes áreas de estudo podem produzir evidências por meio de pesquisas participativas e multimétodos sobre o estado e o acesso à saúde, a qualidade de vida, o perfil sociodemográfico e os estilos de vida da comunidade acadêmica e o entorno, associando-os a determinantes e condicionantes de saúde.

Limitações do estudo

Este estudo apresenta limitações no acesso às informações sobre as atividades promotoras da saúde desenvolvidas pelas universidades nos sites oficiais da instituição. Estas ficam, por vezes, restritas ao site do programa de extensão, dos cursos de graduação, ou das redes sociais de comunicação. Tem-se também o obstáculo apresentado nos sites oficiais, no que condiz com os filtros de busca, fez-se necessário observar atentamente as datas apresentadas pelo site, manualmente, pois os mesmos não possuíam filtro por ano, apenas por palavra-chave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que as IES desempenham um papel social importante e garantem um impacto significativo no comportamento em saúde da sua comunidade, por meio de ações integradas e multissetoriais. O fato de haver discussões sobre PS dentro do

ambiente educacional, já é uma vitória para os setores de saúde e educação. Todavia, ainda falta um olhar mais ampliado para esta população, com atividades inovadoras e financiadas, havendo a transição de um conjunto de práticas isoladas para a operacionalização de um ambiente promotor de saúde.

Vale lembrar, que tais práticas devem ter bases científicas e sociais fundamentais, a partir dos processos dialógicos de ensino-aprendizagem, nos quais os pesquisadores da área devem contribuir fortalecendo as parcerias e as capacidades técnico-científicas e sociais que possibilitem o desenvolvimento e implementação das práticas de PS nas universidades, e nos grupos de pesquisa envolvidos, particularmente, em iniciativas de instituição e avaliação das UPS. Nessa perspectiva, a universidade é o cenário modelo para estabelecer e difundir a PS e do desenvolvimento sustentável.

Diante disso, conclui-se que a integração das instituições brasileiras nas Redes de UPS fortalece o compromisso social e contribui com a organização de um calendário para as discussões de políticas, projetos e programas de PS dentro das instituições. E, assim, ampliar as discussões de saúde neste, e em outros ambientes, para dar continuidade às iniciativas que fomentem uma sociedade equitativa e transformadora.

CONTRIBUIÇÕES

Concepção e desenho ou análise e interpretação dos dados por Moraes JV e Khalaf DK. Ademais, todos os autores deste estudo aprovaram a versão final do manuscrito e responsabilizam-se publicamente pelo conteúdo do artigo.

CONFLITO DE INTERESSES

Nada a declarar.

REFERÊNCIAS

1. Organização Mundial da Saúde (OMS). A Carta de Ottawa para a promoção da saúde [Internet]. 21 de nov 1986 [citado 2022 Jul. 04]. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf
2. Rabello LS. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada [Internet]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010 [citado 2022 Jul 10]. 228 p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575413524>
3. Brasil. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

4. Jacob LMS, Melo MC, Sena RMC, Silva IJ, Mafetoni RR, Souza KCS de. Ações Educativas para Promoção da Saúde na Escola: Revisão Integrativa. Saúde e pesqui. [Internet]. 2019 [citado 2022 Jul 04];12(2):419-426. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n2p419-426>.
5. Hartmann JB, Andrade GR, Yamaguchi MU. Universidades promotoras de saúde (ups) - breve mapeamento do cenário brasileiro atual. In: XI EPCC, Encontro Internacional de Produção Científica, 2019, Maringá: Brasil.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde. [internet] Brasília : Ministério da Saúde; 2015 [citado 2022 Jul 10]. 70p.https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_nacional_prioridades_2ed_4imp.pdf
7. Soares AM, Pereira AMS, Canavarro JMAP. Promoção da Saúde nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: Reflexões e Desafios. Rev. port. pedag. [Internet]. 2016 [citado 2022 Jul 10] ;2(1):115-137. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8614_49-2_6
8. Silva MRI da, Almeida AP de, Machado JC, Silva LS da, Cardoso JAF, Costa GD da, et al. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. Cien Saude Colet [Internet]. 2019 [citado 2022 Jul 10]; 24(2):475-486. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.2386201>.
9. Bardin L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2015. 288 p.
10. Ferreira FMPB, Brito IS, Santos MR. Health promotion programs in higher education: integrative review of the literature. Rev. bras. de enferm. [Internet]. 2018 [citado 2022 Jul 04]; 71 (supl. 4):1714-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0693>
11. Oliveira AJ, Trigo AA, Ferro LRM, Rezende MM. Programa Universidades Promotoras de Saúde como proposta de Promoção de Saúde dentro das Universidades. ARPPEE.[Internet]. 2019 [citado 2022 Jul 04] v. 23, n. 2, p. 383–400. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/6763/4759>
12. Direção Geral da Saúde. Programa Nacional de SaúdeEscolar (PT). Norma nº 015/2015, de 10 de agosto de 2015. [Internet]. Portugal: Diário da República; 2015. 110 p.<https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Programa-Nacional-de-Sa%C3%BAdE-Escolar-2015.pdf>
13. Santos MF. Percurso Universitário: saúde e adoecimento do estudante. [Dissertação na internet]. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria; 2018 [citado 2022 Jul 04]. 98p.https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17067/DIS_PPGPPGE_2018_SANTOS_MARCELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y
14. Santiago AS, Sabóia VM, Souza SR, Santos GS, Silva CF, Sota FS. A Universidade Federal Fluminense na Rede Iberoamericana de Universidades Promotoras da Saúde: um relato de experiência. Recien [Internet]. 2021 [citado 2022 Jul 04];11(36):234-40. <https://doi.org/10.24276/rrecien2021.11.36.234-240>
15. Nunes MAPD, Barcellos CM, Santos LC, Silva RA, Nascimento LCG. Interfaces entre universidade e universitários: uma reflexão acerca da universidade como instituição promotora da saúde. Notandum [Internet]. 2021 [citado 2022 Jul 04];24(57):129–141. DOI: <https://doi.org/10.4025/notandum.vi57.60231>

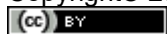
16. Bezerra MVR, Moreno CA, Prado NMBL, Santos, AM dos. LGBT health policy and its invisibility in public health publications. *Saúde debate* [Internet]. 2019 [citado 2022 Jul 04]; 43(supl. 8):305–323. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>
17. Castro TPPG, Alves BRP, Castro MTPG, Porto VFA. Promoção de saúde para docentes de escolas públicas: experiência da extensão universitária. *RPSS* [Internet]. 2021 [citado 2022 Jul 04]; 5(3):1543–51. DOI: <https://doi.org/10.28998/rpss.v5i3.10782>
18. Horváth K, Plunkett K. Spotlight on daytime napping during early childhood. *Nat Sci Sleep*. [Internet] 2018 [citado 2022 Jun 12]; 10:97-104. DOI: <https://doi.org/10.2147/NSS.S126252>
19. Rego AT, Khoury JV, Hartmann JB, Bernuci MP, Yamaguchi MU. In: XI EPCC, Encontro Internacional de Produção Científica [internet] 2021 Oct 19-21; Maringá: Brasil. Paraná: Universidade Cesumar, 2021.
20. Lopes MC, Gutierrez GP, Pavoni MB, Mendes ABSMM, Campos MB, Bastos IB, et al. Mídias sociais para promoção da saúde do sono dos estudantes – um relato de intervenção em saúde durante a COVID-19. *Sleep Epidemiol* [Internet]. 2021 [citado 2022 Jul 14]; 1a100018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sleepe.2021.100018>.
21. Nogueira J, Wachs F. Universidades Promotoras da Saúde e Educação Física: desafios e oportunidades. In: Athayde P, Wiggers I. (Org.). *Produção de conhecimento na Educação Física: pesquisas e parcerias do Centro da Rede Cedes no Distrito Federal*. Ed. Unijuí; 2020. p. 36-82.
22. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - Brasil. Basta de retrocessos. Diretoria da ANDIFES [Internet] 2022 [citado 2022 Jul 05]. <https://www.andifes.org.br/?p=92864>
23. Oliveira CSA. Universidade Promotora da Saúde: uma revisão de literatura. Santos [Dissertação na Internet]. Bahia: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton, Universidade Federal da Bahia; 2017 [citado 2022 Jul 24]. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23569>
24. Deliberação nº 269 / 2020 - saoc (12.28.01.03) (BR) [Internet]. Institui as Diretrizes sobre Acessibilidade e Inclusão para as Pessoas com Deficiência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ministério da Educação. 03 de dez 2020 [citado 2022 Jul 02]. <https://institucional.ufrj.br/soc/files/2020/07/Delib-269-CONSU-2020-acessibilidade.pdf>
25. Kabengele DC, Silva, ECS. Desigualdade de raça e gênero no ensino superior: análise da equidade a partir do perfil do aluno. *Rev. Humanid. Inov.* 2021; 8(58):183–190.
26. Antonini FO, Heidemann ITSB, Souza JBB, Durand MK, Belaunde AMA, Daza PMO. Práticas de promoção da saúde no trabalho docente. *Acta Paul. Enferm* [Internet]. 2022[citado Jun 26]; 35:eAPE02761. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO02761>

Correspondência

Bruna da Costa Bueno

E-mail: bueno.brunacosta@gmail.com

Copyright© 2024 Revista de Enfermagem UFPE on line/REUOL.

 Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a Atribuição CC BY 4.0 [Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a qual permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.

